

POLÍTICA FISCAL

Estimativa preliminar do resultado primário do governo central em julho de 2023

De acordo com dados da execução orçamentária, registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal, obtidos por meio do Tesouro Gerencial, os quais fornecem boa aproximação com os dados oficiais relativos ao resultado primário que será divulgado posteriormente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN),¹ o mês de julho de 2023 apresentou um déficit primário de R\$ 35,4 bilhões nas contas do governo central. Conforme mostra a tabela 1, a receita líquida do governo central atingiu R\$ 159,7 bilhões nesse mês, decréscimo em termos reais de 5,7%, comparativamente a julho de 2022, ao passo que a despesa totalizou R\$ 195,0 bilhões, acréscimo de 30,4% na mesma base de comparação. No acumulado de janeiro a julho deste ano, o déficit primário está em R\$ 76,7 bilhões, ante o superávit de R\$ 78,8 bilhões no mesmo período de 2022.

Em julho, a receita total apresentou um decréscimo real de 7,0%, quando comparada com o montante arrecadado no mesmo mês de 2022. Esse decréscimo é fruto das receitas não administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), que caíram 27,1% no período, somado à retração de 5,5% nas receitas administradas pela RFB, que foram parcialmente compensadas pelo crescimento da arrecadação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em 6,6%. Dessa maneira, a receita líquida, após as transferências legais e constitucionais, teve retração de 5,7%. No acumulado de janeiro a julho, a receita total registrou uma variação real negativa de 5,4%, somando uma queda de R\$ 77,2 bilhões, também, fortemente impactada pelas receitas não administradas pela RFB – que tiveram um decréscimo de 30,6%, redução real de R\$ 80,0 bilhões – e pelas receitas administradas pela RFB – com queda de 1,9% na mesma base de comparação, equivalente a R\$ 16,6 bilhões –, ao passo que a receita líquida do RGPS acumula alta de 6,3%, no montante de R\$ 19,4 bilhões (tabela 1).

Com relação à despesa total, ainda na tabela 1, julho registrou crescimento real de 30,4% relativamente ao mesmo mês de 2022. No acumulado do ano até julho, a despesa total cresceu R\$ 93,0 bilhões (8,6%) em relação ao mesmo período do ano passado, com destaque para o aumento de despesas sujeitas à programação financeira, no valor de R\$ 54,6 bilhões (26,0%).

Sergio Ferreira

Analista de planejamento e orçamento na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea)

sergio.ferreira@ipea.gov.br

Felipe Martins

Pesquisador do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dimac/Ipea.

felipe.martins@ipea.gov.br

Divulgado em 14 de agosto de 2023

1. Conforme destacado em publicação anterior, disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2022/07/estimativa-preliminar-do-resultado-primario-do-governo-central-em-junho-de-2022/>.

TABELA 1

Governo central – resultado primário a preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de jul./2023)		Taxa de variação (%)	Janeiro-Junho (preços constantes, R\$ milhões de jul./2023)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de jul./2023)		Taxa de variação (%)
	jul./2022	jul./2023		2022	2023		Até jul./2022	Até jul./2023	
1-Receita Total	207.942	193.391	-7,0	1.439.486	1.362.318	-5,4	2.398.250	2.345.529	-2,2
1.1 - Receita Administrada pela RFB	124.210	117.400	-5,5	872.579	855.990	-1,9	1.447.061	1.440.424	-0,5
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-55	-	-	-136	-4	-97,1
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	44.417	47.343	6,6	305.677	325.025	6,3	548.700	579.723	5,7
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	39.314	28.648	-27,1	261.285	181.302	-30,6	402.624	325.386	-19,2
2. Transf. Por Repartição de Receita	38.704	33.726	-12,9	278.438	263.696	-5,3	452.705	463.906	2,5
3. Receita Líquida (1-2)	169.237	159.665	-5,7	1.161.048	1.098.622	-5,4	1.945.545	1.881.623	-3,3
4. Despesa Total	149.532	195.018	30,4	1.082.253	1.175.283	8,6	1.825.161	1.978.273	8,4
4.1 Benefícios Previdenciários	63.877	90.496	41,7	501.348	534.215	6,6	803.418	866.610	7,9
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	34.147	35.131	2,9	197.227	199.843	1,3	351.201	356.279	1,4
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	20.777	25.732	23,9	174.014	176.970	1,7	304.936	312.894	2,6
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	30.732	43.659	42,1	209.665	264.255	26,0	365.606	442.490	21,0
5. Resultado Primário Governo Central - Acima da linha (3 - 4)	19.706	-35.354	-279,4	78.795	-76.661	-197,3	120.384	-96.650	-180,3

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A tabela 2 detalha a arrecadação no período. No que se refere às receitas administradas pela RFB, em julho foi registrado um decréscimo real de R\$ 6,8 bilhões (-5,5%) em relação ao mesmo mês do ano passado. Com exceção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), com crescimentos, respectivamente, de 7,1% e 9,0%, equivalentes a R\$ 2,2 bilhões, as demais rubricas registraram retração. As quedas mais acentuadas ficaram com o Imposto de Renda (IR) com 8,3% e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) com 16,4%, que somaram perdas de R\$ 7,9 bilhões. No mesmo mês, as receitas não administradas pela RFB apresentaram queda de 27,1% (R\$ 10,8 bilhões), impactadas diretamente pela retração de R\$ 5,4 bilhões em dividendos e de R\$ 6,5 bilhões em receitas de exploração de recursos naturais.

No acumulado dos sete primeiros meses do ano, as receitas apresentaram um decréscimo real, quando comparadas com o mesmo período do ano passado, de R\$ 77,2 bilhões (5,4%), conforme supracitado. As principais retrações ocorreram nas receitas não administradas, especificamente nas receitas com concessões e permissões, com queda de R\$ 37,8 bilhões (- 86,9%), seguidas pela retração de R\$ 20,8 bilhões (-38,6%) em dividendos e de R\$ 19,9 bilhões (-22,3%) na exploração de recursos naturais. No tocante aos itens da receita administrada pela RFB, as maiores variações negativas foram de R\$ 11,1 bilhões (-10,1%) na CSLL e de R\$ 5,4 bilhões (-14,3%) no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), conforme indicado na tabela 2.

Ao desagregar as despesas em julho (tabela 3), pode-se observar que as maiores variações positivas em relação ao mesmo mês do ano anterior ocorreram em benefícios previdenciários, com aumento de R\$ 26,7 bilhões (41,7%), abono e seguro-desemprego, crescimento de R\$ 5,1 bilhões (149,7%), e nas despesas do Poder Executivo sujeitas à programação financeira (influenciadas pelo pagamento do Bolsa Família) – ampliação de R\$ 12,9 bilhões (42,1%). Comparativamente a julho do ano passado, praticamente todos os itens das despesas

tiveram elevação em termos reais. Duas raras exceções foram as quedas das despesas com sentenças judiciais e precatórios e créditos extraordinários, respectivamente, de R\$ 579 milhões e R\$ 424 milhões.

TABELA 2

Principais componentes da receita do governo central a preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de jul./2023)		Taxa de variação (%)	Janeiro-Junho (preços constantes, R\$ milhões de jul./2023)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de jul./2023)		Taxa de variação (%)
	jul./2022	jul./2023		2022	2023		Até jul./2022	Até jul./2023	
1-Receita Total	207.942	193.391	-7,0	1.439.486	1.362.318	-5,4	2.398.250	2.345.529	-2,2
1.1 - Receita Administrada pela RFB	124.210	117.400	-5,5	872.579	855.990	-1,9	1.447.061	1.440.424	-0,5
1.1.01 Imposto de Importação	5.105	4.366	-14,5	34.837	31.372	-9,9	64.316	58.422	-9,2
1.1.02 IPI	4.587	4.459	-2,8	37.918	32.495	-14,3	72.781	57.393	-21,1
1.1.03 Imposto de Renda	59.342	54.424	-8,3	424.335	427.373	0,7	663.685	702.296	5,8
1.1.04 IOF	5.405	5.082	-6,0	35.420	35.217	-0,6	62.434	61.647	-1,3
1.1.05 Cofins	22.907	24.537	7,1	163.111	161.745	-0,8	301.944	288.457	-4,5
1.1.06 PIS/Pasep	6.430	7.005	9,0	48.832	47.448	-2,8	86.687	82.428	-4,9
1.1.07 CSLL	18.016	15.065	-16,4	110.340	99.236	-10,1	160.482	155.564	-3,1
1.1.09 CIDE Combustíveis	150	47	-68,9	1.743	-121	-106,9	3.151	-101	-103,2
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	2.268	2.414	6,4	16.042	21.224	32,3	31.581	34.318	8,7
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-55	-	-	-136	-4	-97,1
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	44.417	47.343	6,6	305.677	325.025	6,3	548.700	579.723	5,7
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	39.314	28.648	-27,1	261.285	181.302	-30,6	402.624	325.386	-19,2
1.4.1 Concessões e Permissões	992	165	-83,3	43.548	5.714	-86,9	51.950	11.075	-78,7
1.4.2 Dividendos e Participações	7.221	1.818	-74,8	53.908	33.123	-38,6	86.049	69.723	-19,0
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.373	1.372	-0,1	9.733	9.235	-5,1	18.956	17.586	-7,2
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	20.694	14.198	-31,4	89.405	69.479	-22,3	131.732	118.979	-9,7
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	2.171	737	-66,1	12.741	11.532	-9,5	21.251	20.867	-1,8
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	2.212	2.373	7,3	15.457	16.854	9,0	27.946	29.945	7,2
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	-	-	-	-	-	-	35	90	157,7
1.4.8 Demais Receitas Não Administradas pela RFB	4.650	7.985	71,7	36.493	35.364	-3,1	64.706	57.121	-11,7
2. Transf. Por Repartição de Receita	38.704	33.726	-12,9	278.438	263.696	-5,3	452.705	463.906	2,5
3. Receita Líquida (1-2)	169.237	159.665	-5,7	1.161.048	1.098.622	-5,4	1.945.545	1.881.623	-3,3

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: IOF – Imposto sobre Operações Financeiras; Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico; FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; e LC – lei complementar.

As despesas totais, no acumulado do ano até julho, tiveram um crescimento real de R\$ 93,0 bilhões (8,6%), com destaque para as despesas com benefícios previdenciários, crescimento de R\$ 32,9 bilhões (6,6%), os dispêndios com sentenças judiciais e precatórios, expansão de R\$ 8,8 bilhões (91,8%), os pagamentos com Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social (BPC/Loas) e Renda Mensal Vitalícia (RMV), ampliados em R\$ 4,7 bilhões (9,9%), o gasto com abono e seguro-desemprego em R\$ 4,1 bilhões (8,3%), e especialmente as despesas do Poder Executivo sujeitas à programação financeira, com alta de R\$ 54,6 bilhões (26,0%) – estas muito ampliadas em função do crescimento das despesas com o programa Bolsa Família. No entanto, algumas despesas apresentaram expressiva redução real no acumulado do ano, em comparação com o mesmo período de 2022, com destaque para as despesas com créditos extraordinários, com redução de R\$ 14,5 bilhões (-93,1%), e a compensação ao RGPS pela desoneração da folha de pagamentos, com queda de R\$ 3,3 bilhões.

TABELA 3

Principais componentes da despesa do governo central a preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de jul./2023)		Taxa de variação (%)	Janeiro-Junho (preços constantes, R\$ milhões de jul./2023)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de jul./2023)		Taxa de variação (%)
	jul./2022	jul./2023		2022	2023		Até jul./2022	Até jul./2023	
4. Despesa total	149.532	195.018	30,4	1.082.253	1.175.283	8,6	1.825.161	1.978.273	8,4
4.1 Benefícios Previdenciários	63.877	90.496	41,7	501.348	534.215	6,6	803.418	866.610	7,9
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	34.147	35.131	2,9	197.227	199.843	1,3	351.201	356.279	1,4
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	20.777	25.732	23,9	174.014	176.970	1,7	304.936	312.894	2,6
4.3.01 Abono e Seguro Desemprego	3.395	8.478	149,7	49.640	53.772	8,3	65.578	71.817	9,5
4.3.02 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	7.545	7.841	3,9	47.521	52.238	9,9	78.820	87.225	10,7
4.3.03 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	543	119	-78,1	15.612	1.084	-93,1	70.543	34.634	-50,9
4.3.04 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0	0	0	3.275	0	-100,0	6.106	0	-100,0
4.3.05 FUNDEB (Complem. União)	2.645	2.881	8,9	20.111	22.355	11,2	31.860	36.728	15,3
4.3.06 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.215	1.257	3,5	7.783	8.472	8,9	13.702	16.343	19,3
4.3.07 Lei Kandir (LCs nos 87/1996 e 102/2000) e LC nº 176 de 2020	346	332	-3,9	2.449	2.343	-4,3	4.294	4.071	-5,2
4.3.08 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	938	359	-61,7	9.581	18.380	91,8	11.011	26.830	143,7
4.3.09 Subsídios, Subvenções e Proagro	3.454	3.870	12,0	13.181	12.461	-5,5	15.625	15.386	-1,5
4.3.10 Impacto Primário do FIES	178	0	-100,0	1.557	948	-39,1	1.293	161	-87,5
4.3.11 Demais Despesas Obrigatórias	519	595	14,7	3.303	4.917	48,9	6.104	19.698	222,7
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	30.732	43.659	42,1	209.665	264.255	26,0	365.606	442.490	21,0
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	18.809	28.219	50,0	131.974	185.681	40,7	204.846	283.045	38,2
4.4.2 Despesas Discricionárias	11.923	15.440	29,5	77.691	78.574	1,1	160.760	159.445	-0,8

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: PAC – Programa de Aceleração do Crescimento; MPU – Ministério Público da União; DPU – Defensoria Pública da União; Proagro – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária; Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica; e Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):

Claudio Roberto Amitrano (Diretor)

Mônica Mora y Araujo (Coordenadora-Geral de Estudos e Políticas Macroeconômicas)

Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:

Julia de Medeiros Braga (Editora)

Estêvão Kopschitz Xavier Bastos

Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Leonardo Mello de Carvalho

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti

Maria Andréia Parente Lameiras

Mônica Mora y Araujo

Sandro Sacchet de Carvalho

Sergio Fonseca Ferreira

Pesquisadores Visitantes:

Ana Cecília Kreter

Andreza Aparecida Palma

Antônio Carlos Simões Florido

Cristiano da Costa Silva

Sidney Martins Caetano

Equipe de Assistentes:

Alexandre Magno de Almeida Leão

Caio Rodrigues Gomes Leite

Camilla Santos de Oliveira

Diego Ferreira

Izabel Nolau de Souza

Marcelo Lima de Moraes

Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

Design/Diagramação:

Augusto Lopes dos Santos Borges

Leonardo Simão Lago Alvite

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.
